

Panorama - Agosto / 2015

Considerado o pior mês do ano até aqui, agosto ficou marcado pelo recrudescimento do humor dos agentes financeiros, com o sentimento de aversão ao risco se propagando por todo mercado. Uma agenda recheada de eventos negativos fez preço nos ativos negociados no mercado financeiro brasileiro.

Destaque para a forte queda da bolsa chinesa causando impactos nos mercados financeiros globais. A autoridade monetária chinesa promoveu um ciclo de desvalorização da moeda local (Yuan), numa tentativa de estimular as exportações, e por consequência a economia, em um momento em que a atividade passa por forte desaceleração. O mundo tem colocado em dúvida a capacidade da China em manter o nível de crescimento do país ao redor de 7% ao ano. A economia chinesa vem passando por uma transformação no modelo de crescimento baseado no investimento público e na exportação de produtos manufaturados, graças a transferência de trabalhadores da agricultura tradicional para a indústria, para um modelo de crescimento baseado no consumo da população apoiado na expansão dos serviços. Entretanto, a cultura local privilegia a poupança em detrimento ao consumo, fator que coloca em risco a sustentação do novo modelo em uma economia ainda altamente dependente do comércio exterior.

O clima de pessimismo se consolidou com a divulgação de dados mais fracos do que o esperado na China. O índice de atividade dos gerentes de compras (PMI) do setor industrial chinês recuou a 47,1 em agosto no levantamento preliminar da Markit Economics. Em julho, o PMI tinha sido de 47,8. É o resultado mais baixo em seis anos e alimentam temores de desaceleração da segunda maior economia global, e leituras abaixo de 50,0 indicam contração da atividade.

Nos EUA, nenhuma notícia positiva que viesse a alterar o humor dos investidores. A divulgação da ata do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) deixou “no ar” os próximos movimentos da autoridade monetária norte americana. O mercado se dividiu na interpretação do texto: enquanto alguns viram nas entrelinhas uma chance maior de alta do juro básico somente na última reunião do ano, outros avaliam como provável uma alta no próximo encontro, marcado para setembro.

No ambiente doméstico, as notícias ruins se acumularam.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou que a taxa de desemprego subiu no segundo trimestre e atingiu 8,3%, tornando-se a maior taxa da série histórica, iniciada em 2012. De acordo com o IBGE, a população desocupada, de 8,4 milhões de pessoas, subiu 5,3% frente ao primeiro trimestre e, ante o 2º trimestre de 2014, o avanço foi de 23,5%.

Também foram divulgados dados da economia doméstica, que confirmam o quadro ruim. De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,9% no segundo trimestre de 2015, em relação aos três meses anteriores, e o país entrou na chamada "recessão técnica", que ocorre quando a economia registra dois trimestres seguidos de queda. De janeiro a março deste ano, o PIB teve baixa de 0,7%. Contribuíram para o desempenho negativo da economia a queda dos investimentos (-8,1%) e do consumo das famílias (-2,1%). Em contrapartida, o consumo do governo registrou alta de 0,7%. O resultado foi pior que o esperado pelo mercado, indicando que a retração da economia em 2015 poderá ser maior do que a queda de 2,06% projetada pelos economistas e analistas, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central.

Foi divulgado também o resultado primário consolidado do setor público, que veio abaixo do que o mercado esperava. Após registrar um rombo de R\$ 9,3 bilhões em junho, no mês passado foi contabilizado um déficit de R\$ 10,0 bilhões, o pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em dezembro de 2001.

Também fez preço o anúncio da agencia classificadora de riscos Moody's, em rebaixar o rating soberano do Brasil para "Baa3", última nota dentro da faixa considerada como grau de investimento. Entretanto, alterou a perspectiva da nota para "estável" ante "negativa", sinalizando que o selo de bom pagador do país deve ser mantido no curto prazo. Apesar de negativa em primeira análise, a notícia representou um golpe mais brando do que o mercado esperava, uma vez que os investidores estavam começando a acreditar que a Moody's alcançaria a Standard & Poor's e deixaria o Brasil mais perto de perder o grau de investimento. A Moody's citou, entre os motivos para o rebaixamento, a fraqueza da economia, a tendência de aumento de gastos públicos e os reflexos da operação Lava Jato na confiança de investidores no Brasil.

No campo político, o embate entre Executivo e Legislativo não deu tréguas. No último dia do mês, o governo encaminhou ao Congresso a proposta do Orçamento da União para 2016. O documento prevê um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões no próximo ano – ou 0,5% do PIB. Agora, o governo espera que o Congresso aprove o documento. Os presidentes das Casas (Renan Calheiros e Eduardo Cunha), já se posicionaram contrários a aprovação do documento na forma em que se encontra, assim como rechaçaram assumir a responsabilidade por encontrar formas de tapar o buraco fiscal, alegando que não é papel do Legislativo indicar como e onde o Executivo deve cortar gastos e elevar receitas.

Bolsa

Pelo segundo mês consecutivo, o Ibovespa encerrou agosto na "rabeira" do ranking dos investimentos, ao registrar queda de -8,33%, aos 46.625 pontos. Muito deste resultado foi motivado por conta do pânico pela China e das preocupações com as contas públicas.

Na esteira do Ibovespa, outros índices da bolsa brasileira também sofreram perdas no mês. Como é o caso do Índice de Dividendos - IDIV, que recuou 11,05%, marcando o quarto mês seguido de baixa.

O giro financeiro médio diário na Bovespa somou R\$ 6,95 bilhões, ante R\$ 5,74 bilhões em julho. Os investidores estrangeiros lideraram a movimentação financeira no segmento Bovespa, com participação de 52,59%, ante 51,87% em julho. Na segunda posição, ficaram os investidores institucionais, que obtiveram participação de 28,56%, ante 27,41%. As pessoas físicas movimentaram 12,73%, ante 14,96%.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis especialmente nos vértices mais longos teve como influência os mesmos motivos que derrubaram as bolsas. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados. A alta foi tão forte que empurrou os DIs de longo prazo a máximas históricas, e levou a taxa do contrato para janeiro de 2017 a praticamente deixar de embutir cortes de juros no próximo ano.

Entre os DIs de prazo mais curto, as oscilações foram menores, com investidores mantendo apostas majoritárias de estabilidade da Selic em 14,25% ao ano. O DI outubro de 2015 encerrou o último pregão do mês com taxa de 14,18%, enquanto o DI janeiro de 2016 apontava 14,30%.

Nos contratos mais longos, o DI janeiro de 2017 avançou para 14,21%, ante 13,43% do fechamento de julho. Já o DI janeiro 2021 subiu para 14,12%, ante fechamento de 12,79% em julho.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -5,64% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu -7,49%.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo de -3,11%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, desvalorizou -0,47%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, despencou -4,59% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,02%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou recuo de -2,14%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou queda de -1,15% no mês.

Na outra ponta, o Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), referencial das aplicações conservadoras, subiu 1,11%, acumulando ganho nominal de 8,36% no ano.

Câmbio

O dólar comercial registrou ganhos pelo segundo mês consecutivo e fechou agosto no maior patamar desde fevereiro de 2003, com alta de 5,91%, cotado a R\$ 3,6271 na venda. No ano, a moeda acumula valorização de 36,42%.

Preocupações com o cenário político no Brasil e a economia local, de um lado, e com a desaceleração da economia chinesa e a perspectiva de alta de juros nos EUA, do outro, vêm levando especialistas a prever ainda mais altas na cotação da moeda.

O Banco Central sinalizou que deve rolar integralmente os swaps cambiais, contratos equivalentes a venda futura de dólares, que vencem em outubro, mostrando ao mercado a intenção de intervir menos no câmbio.

Perspectiva

As condições macroeconômicas têm se deteriorado rapidamente, trazendo uma visão cautelosa sobre o cenário de investimentos brasileiros.

A crise fiscal que o país vive atualmente, tem agora como pano de fundo o envio ao Congresso do Orçamento da União para 2016, construído com previsão de déficit pela primeira vez na história. O sentimento de que a equipe econômica do governo “jogou a toalha” no ajuste fiscal pegou muito mal, tanto aqui quanto lá fora. E foi o mote que as agências classificadoras de risco precisavam para colocar no radar o rebaixamento do rating soberano do país, em meio ao cenário de elevação entre a dívida bruta e o PIB.

No cenário político, os ânimos estão longe de se acalmar. Ao encaminhar ao Congresso o Orçamento deficitário, o governo quis “empurrar” ao Legislativo a missão de ajustar as contas. De pronto, os congressistas rechaçaram a responsabilidade, afirmando que cabe somente ao governo apontar os caminhos. Não se poderia esperar outra reação.

De forma clara, quis o governo mostrar que o Legislativo trabalha com animosidade na questão do ajuste fiscal. Durante o primeiro semestre, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, levou ao Congresso uma série de medidas que visavam o equilíbrio das contas públicas. Quase sempre teve que negociar modificações nas propostas originais para satisfazer as Casas. Com isso, viu-se incapaz de impedir o déficit, reflexo de uma fraqueza mais ampla do governo, e que a inépcia política aumenta ainda mais os problemas.

Joaquim Levy se exime da culpa pelos problemas, mas isso não impede uma renovada especulação sobre se vai continuar no cargo por muito tempo. Desde que entrou no governo em janeiro, foi duramente atacado pelo Partido dos Trabalhadores por seus desejos de austeridade. No fim, alguém tem que pagar a conta.

Em meio a este cenário, os preços dos ativos negociados no mercado brasileiro entraram em uma espiral de queda, em uma total destruição de valor, reforçando a ideia de que há uma janela de oportunidade para investidores que buscam retorno no longo prazo. Apenas para exemplificar, as NTN-B's mais longas têm sido negociadas com taxas de juro real na casa dos 7,50% ao ano, extremamente atraente aos olhos dos investidores que tem como meta investir em ativos que remuneram acima do passivo atuarial.

Neste contexto, recomendamos manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral).

Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A.

Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.
